

Memória, compromisso e o futuro da saúde mental no SUS



» MARCELO KIMATI
Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde

» BRUNO FERRARI EMERICH
Coordenador geral da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Ministério da Saúde

No último ano, a saúde mental tornou-se a maior preocupação de saúde dos brasileiros. O que chamamos hoje de sofrimento mental é a expressão de um conjunto de situações diferentes que estão presentes no dia a dia das pessoas. Desigualdade social, racismo, precarização e trabalho excessivo, endividamento por juros extorsivos: tudo que traz sofrimento se manifesta de forma subjetiva. Os inquéritos comparativos que apontam ao povo brasileiro entre os mais depressivos e ansiosos do mundo nos mostram como há muito o que transformar em nossa sociedade.

No mês de maio, comemoramos o Dia da Luta Antimanicomial. No mês de abril, completaram-se 25 anos da Lei Paulo Delgado, que tornou possível reorientar o cuidado em saúde mental no país. Nesse período, o Brasil criou uma rede com milhares serviços comunitários públicos, hoje a maior rede do mundo. Nas últimas duas décadas, a sociedade brasileira transformou-se, se digitalizou, envelheceu, superou em duas ocasiões a fome e viveu uma pandemia com mais de 700 mil mortos. O país de hoje enfrenta ainda o desafio em avançar na transformação do modelo de atenção, mas a ele se somam questões de saúde

pública, que não poderiam ser previstas no ano da sanção da lei.

Desenvolver uma estratégia de cuidado para pessoas com problemas com apostas e jogos eletrônicos tem nos ensinado muito. Em poucas semanas, a oferta de um canal digital para serviços de saúde teve procura semelhante àquela de todo o ano anterior. Por um lado, a noção de acesso às políticas públicas deve se adequar às transformações da sociedade. Não respeitar isso é impor barreiras. Da mesma forma que as ofertas de cuidado devem ser sensíveis ao território, as portas do sistema devem ser expandidas no sentido de garantir universalidade do acesso, um direito constitucional.

O desafio hoje é integrar essas ofertas ao que é constituído como estrutural na política: o cuidado em território, singular e centrado na pessoa, promovendo, assim, desinstitucionalização e equidade. O cuidado às pessoas com problemas com apostas nos aponta ainda um campo para o qual o Sistema Único de Saúde (SUS) deve avançar: o território digital. Hoje há consenso entre associação de uso de telas e sofrimento mental; entre acesso precoce a smartphones, conteúdos digitais e seus algoritmos com desenvolvimento cognitivo. Nesse contexto se produz violência, desigualdade e sofrimento, que se reproduzem em outros territórios em que as políticas públicas ainda são incipientes.

A regulamentação do ECA Digital, em andamento, é um passo importante para o desenvolvimento de políticas de saúde pública em meio digital. Somado a isso, o Ministério da Saúde tem trabalhado na publicação de um manual de boas práticas em comunicação em saúde mental no meio digital. Isso dará subsídio à regulamentação e evitará que redes sociais atuem de forma a vulnerabilizar a saúde mental do brasileiro, com desinformação, medicalização, autodiagnóstico,

ideais inalcançáveis de estética.

A transformação do acesso digital traz, por outro lado, possibilidades como a qualificação e integração dos serviços, fortalecimento do matriciamento e aumento da capacidade resolutiva dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Estão em desenvolvimento estratégias para expansão e sistematização de ofertas em teleatendimento e teleinterconsulta, digitalização e apoio técnico aos serviços de saúde mental. A isso se somam as primeiras habilitações de Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP-Desinst) e de Centros de Convivência na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e uma série de outras ações e entregas a serem anunciadas em breve.

Passados 25 anos da lei, temos de afirmar os princípios da Reforma Psiquiátrica, mais do que nunca. Durante os anos do governo anterior, vários movimentos de mudança da legislação, reorientação da execução de recursos e de princípios da política de saúde mental se reuniram no que chamamos de contrarreforma. Manter o processo de expansão e fortalecimento de serviços de base comunitária, de financiamento federal e qualificação das práticas de cuidado é uma garantia dada apenas por governos democráticos e que defendem o SUS. A pandemia agravou a saúde mental da população brasileira com desdobramentos que poderiam ter sido evitados, em um contexto de fragilidades na gestão federal da RAPS e de redução de investimentos em tecnologias de cuidado, quando o momento exigia exatamente o contrário.

Manter o país no caminho civilizatório da democracia e do fortalecimento do SUS é um compromisso. Ampliar e fortalecer a RAPS é parte dele. Viva a Reforma Psiquiátrica Brasileira!



Salário mínimo distrital e Tarifa Zero reduziriam pobreza no DF



» JACY AFONSO
Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, ex-presidente da CUT/DF e ex-presidente do PT/DF

O Distrito Federal ostenta o primeiro lugar no ranking de riqueza entre todas as unidades da Federação, com um PIB per capita de R\$ 129,8 mil, mais que o dobro da média nacional (R\$ 54 mil). No entanto, ao lado do PIB bilionário, o DF convive com uma pobreza estrutural que a torna a campeã brasileira em desigualdade social.

Estudos tanto da Universidade de Brasília (UnB) como da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam Brasília também como uma das cidades com maior segregação socioespacial. A separação entre áreas ricas e pobres no DF é maior do que em cidades como Johannesburgo (África do Sul), historicamente marcada pelo apartheid.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdadm), a renda média mensal dos moradores do Lago Sul é de R\$ 12 mil. Do outro lado do abismo social, a média mensal do Sol Nascente é de R\$ 684 e a da Estrutural, R\$ 504. A diferença entre os mais ricos e os mais pobres é de 23,8 vezes.

Dados da mesma pesquisa revelam que 35,1% da população economicamente ativa do DF ganham um salário mínimo ou menos. A segregação

é ainda racial e de gênero. As mulheres ganham 26% menos que os homens, na média. Segundo a Pdadm, a população negra recebe, em média, menos da metade do salário dos brancos.

Essa desigualdade estrutural escandalosa cresce com o tempo. Mas é urgentemente necessário revertê-la. Duas medidas que poderiam ser adotadas com rapidez pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para reduzir esse fosso social são a criação de um salário mínimo distrital e a implementação da Tarifa Zero no transporte público.

E nada disso é novo, na verdade. O DF é a única das unidades mais ricas da Federação que não tem um salário mínimo regional. Ele já foi implementado por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

O salário mínimo nacional em 2026 é de R\$ 1.621. Em São Paulo, maior PIB estadual, mas a segunda renda média nacional (R\$ 77,5 mil), o salário mínimo é de R\$ 1.804. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, ele é definido por faixa profissional, podendo chegar, respectivamente, a R\$ 2.275,36, R\$ 1.978,00 e R\$ 2.407,90.

Se comparado com os PIBs de São Paulo e de Santa Catarina (com uma economia menor que a do DF), o salário mínimo no DF deveria ser algo em torno de R\$ 3 mil. As experiências desses estados mostram que, ao aumentar o salário da base da pirâmide, não melhora apenas o nível de vida dos trabalhadores. Aumenta o consumo das famílias no comércio local, alavancando o crescimento econômico.

O mesmo círculo virtuoso ocorre nas cerca de 150 cidades do país que adotaram a política de Tarifa Zero no transporte público. Estudo conduzido

no fim de 2025 pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Urbanização Periférica (Geourb) e pelo Núcleo Brasília do INCT Observatório das Metrôpoles, ambos vinculados à UnB, demonstra que é perfeitamente viável financeiramente a adoção da Tarifa Zero e que ela traz inúmeras vantagens.

Segundo a Pdadm 2024 Ampliada, 34,1% dos moradores do DF usam transporte público. São geralmente os mais pobres, que moram nas regiões administrativas mais afastadas. A maioria trabalha no Plano Piloto, perdendo muitas vezes mais de duas horas para chegar ao trabalho.

Esses usuários, de acordo com o estudo dos especialistas da UnB, gastam em média R\$ 260 mensais com passagens no DF. A Tarifa Zero liberaria esse dinheiro para alimentação, saúde, moradia e educação. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que as cidades que já implantaram a Tarifa Zero registraram aumento nas vendas do comércio (de 25% a 36%), aumento no emprego e redução de desigualdades. Seria o equivalente a uma segunda Bolsa Família.

As passagens gratuitas no transporte público trariam ainda benefícios para a mobilidade urbana, para a saúde e para o meio ambiente, uma vez que facilitaria a redução do uso do automóvel (43,7% da população do DF usa automóvel para se locomover), além de diminuir congestionamentos, acidentes e emissões de carbono.

Por fim, a implementação da Tarifa Zero traria um ganho incalculável aos trabalhadores e suas famílias. Sem o custo da passagem, haveria uma ampliação da possibilidade de mobilidade e direito de acesso à cidade, aos serviços públicos, à educação e aos bens culturais da capital.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Estado capturado

Políticos investigados têm seus processos tramitados em instâncias superiores, onde o ritmo da Justiça é mais lento, as prescrições chegam mais facilmente e a visibilidade pública é menor. O resultado é conhecido: décadas de impunidade protegida pela própria arquitetura jurídica do Estado. Uma reforma verdadeira exigiria o fim das emendas impositivas sem transparência, a extinção do foro privilegiado para crimes comuns, a separação radical entre financiamento eleitoral e verbas públicas e a responsabilização criminal efetiva de parlamentares que utilizam o orçamento como instrumento de enriquecimento pessoal ou de terceiros.

São R\$ 61 bilhões em emendas no Orçamento de 2026, um crescimento de 800% em uma década. Nenhuma reforma estrutural é possível sem que o Poder Judiciário deixe de ser, para os poderosos, um labirinto protetor, e passe a ser, para todos, um instrumento de equidade. O Brasil tem um dos sistemas judiciários mais caros, mais lentos e mais desiguais do mundo. A combinação de um número excessivo de recursos, do foro por função, das medidas cautelares reversíveis a pedido e da possibilidade de prescrição em processos que se arrastam por décadas cria, na prática, dois sistemas de Justiça: um para quem tem poder e advogado caro; outro para quem não tem nem um nem outro.

Já o foro privilegiado prerrogativa de foro por função pública protege cerca de 50 mil autoridades no Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os Tribunais Regionais Federais (TRFs) julgam um volume de processos de alto impacto político que, em qualquer democracia consolidada, tramitaria nas instâncias ordinárias. A reforma do Judiciário precisa prever extinção do foro privilegiado para crimes comuns, estabelecimento de prazos máximos para recursos, transparência total nos critérios de pauta e responsabilização disciplinar de magistrados que protelam processos de interesse público. Não se trata de apenas uma demanda republicana. É uma precondição para qualquer outro avanço. Sem Justiça acessível e eficaz, a corrupção não tem freio, o crime organizado não tem resposta e o contribuinte não tem proteção.

A reforma do Judiciário com extinção do foro privilegiado para crimes comuns, estabelecimento de prazos máximos para recursos, transparência total nos critérios de pauta e responsabilização disciplinar de magistrados que protelam processos de interesse público. Não se trata de apenas uma demanda republicana. É uma precondição para qualquer outro avanço. Sem Justiça acessível e eficaz, a corrupção não tem freio, o crime organizado não tem resposta e o contribuinte não tem proteção.

Seria ingênuo imaginar que a simples mudança de governo sem mudança de estruturas produzirá as transformações necessárias. A agenda mínima de um projeto de reconstrução nacional precisa enfrentar simultaneamente e com coragem e apoio das instâncias implicadas: a simplificação radical do sistema tributário, com a extinção de tributos em cascata e a eliminação da bitributação; o fim das emendas parlamentares sem transparência e rastreabilidade; a reforma do Judiciário com extinção do foro privilegiado para crimes comuns; o combate estrutural ao crime organizado, com a recuperação dos territórios perdidos; e a revisão dos programas assistencialistas, substituindo-os por políticas de inclusão produtiva que gerem autonomia não dependência.

Nenhum desses pontos é simples ou interessante para quem tem o poder de implementá-los. Cada um deles envolve interesses estabelecidos, corporações políticas consolidadas e reformas constitucionais que demandam maioria qualificada. Mas o custo da inação é ainda mais alto: a perpetuação de um modelo que tributa o trabalho, protege a corrupção, abandona o cidadão ao crime e converte o orçamento público em propriedade particular de uns poucos. O país que arrecada 32,4% do PIB, ocupa a 107ª posição no índice de percepção da corrupção, tem 41% de sua população adulta convivendo com o crime organizado em seus bairros e múltiplas emendas parlamentares em ritmo oito vezes superior ao da última década não está em dificuldades. Está em emergência.

A distopia brasileira não é inevitável. É construída, mantida e protegida por interesses muito específicos que se beneficiam do caos da complexidade tributária que exige intermediários, da corrupção que redistribui riqueza para cima, do crime organizado que preenche vácuos estatais, das emendas que compram lealdades políticas, do Judiciário lento que protege os poderosos. A reversão exige vontade política, mas exige, sobretudo, clareza sobre o diagnóstico. Antes de curar, é preciso nomear a doença.

Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) expressou com clareza a cadeia: "Se a gente tem um cadastro mal estruturado, políticas sociais mal desenhadas, isso abre espaço para fraude, a fraude abre espaço para corrupção, e a corrupção abre espaço para o crime organizado". O Estado que não se fiscaliza alimenta os predadores que o devoram.

O Brasil tem todos os recursos humanos, naturais e institucionais necessários para ser uma grande nação. O que lhe falta não é capacidade, é honestidade sobre os próprios vícios. A cada real tributado que não se converte em serviço público, a cada emenda parlamentar que alimenta o reduro eleitoral em vez de bem comum, a cada processo judicial que prescreve antes de condenar o culpado poderoso, a cada território entregue à soberania das facções, o Brasil paga o preço de uma escolha coletiva que pode, e deve, ser revertida. A janela de 2026 é real. Mas as janelas se fecham. E o Brasil já desperdiçou janelas demais.

A frase que foi pronunciada:

"Em política econômica, o que não é óbvio quase sempre é besteira."

Mário Henrique Simonsen

História de Brasília

Haveria também o incremento das indústrias de materiais de construção hoje paralisadas, desafogo dos estabelecimentos de crédito e aproveitamento da mão de obra de mais de 20 mil trabalhadores. (Publicado em 20/5/1962)